

PETROPOLITANAS



Medida começou a valer a partir do primeiro minuto desta quinta (17)

CPTrans determina retirada de 32 ônibus da Turp (24% da frota)

A intervenção na Turp mudou a gestão, mas parece que ainda não conseguiu mudar alguns velhos problemas da empresa. Nesta quarta-feira (16), a CPTrans determinou a retirada de 32 ônibus de circulação, sendo 25 reprovados em vistoria por falhas. O número representa cerca de 24% da frota da concessionária. A determinação atende a uma decisão da 4ª Vara Cível e começou a valer a partir do primeiro minuto desta quinta-feira (17). Dos 32 veículos, 25 foram reprovados em vistoria por falhas e terão as escalas canceladas, sem autorização para circular sequer como reforço ou reserva. Outros 5 não foram apresentados à fiscalização pela empresa sob a alegação de que estavam em manutenção e deverão permanecer fora de operação, disponíveis para inspeção nas garagens. A CPTrans ainda suspendeu preventivamente dois ônibus que haviam sido aprovados com restrições, mas posteriormente apresentaram problemas de segurança.

Incêndio de coletivo expõe problemas na frota

E não para por aí: a fiscalização também analisou o ônibus de prefixo 6315, destruído por um incêndio no início de agosto. Peritos independentes concluíram que o fogo teve origem em um fenômeno elétrico na parte dianteira do veículo, nas proximidades do posto do motorista e do painel de fusíveis. A perícia descartou vazamento de combustível e uma quebra grave do motor como causas do incêndio, mas chamou atenção para a existência de fiações expostas, soltas e remendadas de forma inadequada em outros veículos da frota.



RMO da CPTrans aponta queda no sistema e piora em relação a janeiro

Velhos problemas persistem sob intervenção

A situação chama atenção porque a intervenção foi adotada justamente em meio a uma série de problemas relacionados à prestação do serviço, à manutenção e às condições dos veículos. Meses depois do início da medida, a fiscalização volta a encontrar ônibus com problemas de segurança e manutenção. Mesmo sob intervenção, quase um quarto da frota precisa ser retirado das ruas por problemas que a fiscalização identificou agora, justamente em uma empresa que deveria estar, ao menos em tese, com os procedimentos de manutenção e controle mais rigorosos.

Plano de contingência suspende 15 linhas

A intervenção da Turp anunciou, na tarde de quarta-feira (16), um “plano de operação emergencial”. A solução encontrada foi mexer nos horários e até absorver temporariamente 15 linhas, concentrando os veículos que sobraram nas ruas. Na prática, a intervenção reconhece que a frota disponível não é suficiente para manter a operação como estava e agora precisa reorganizar o serviço para evitar deixar comunidades sem transporte.

Horários monitorados

A intervenção afirmou que a medida começa a valer nesta quinta-feira (17), justamente após a retirada de quase um quarto da frota. A intervenção diz que os novos horários serão monitorados diariamente e que poderão ocorrer reforços pontuais conforme a lotação e as reclamações dos passageiros.

Lista no site do Correio

Para quem já enfrentava espera e problemas de frequência, fica a expectativa de saber se o “emergencial” será apenas uma solução provisória ou mais um capítulo da intervenção tentando administrar uma frota que continua encolhendo. A lista completa das linhas afetadas e os novos quadros de horários pode ser consultada no site do Correio Petropolitano.

Chamada Pública

A XIX Escola Supercomputador Santos Dumont (ESDumont) será realizada de 25 de janeiro a 5 de fevereiro de 2027, no âmbito do Programa de Verão do Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC), em Petrópolis/RJ. A escola é voltada à capacitação em Computação de Alto Desempenho (HPC) e computação científica.

Programação prevista

A programação da ESDumont combina atividades de formação, palestras e outras iniciativas de capacitação, abordando temas como programação paralela, arquiteturas de computadores, avaliação e otimização de desempenho, sistemas distribuídos, computação heterogênea e tecnologias emergentes em HPC.

CrITÉRIOS de seleção

A ESDumont prevê auxílio para até 20 estudantes, destinado a contribuir com despesas de passagem e/ou hospedagem. A seleção considerará o mérito das submissões e critérios de diversidade regional, institucional e de perfis dos participantes. Também estão abertas submissões de propostas de minicursos de até 3 horas.

Quadrimestre Educação

A Câmara Municipal de Petrópolis realiza, no dia 22 de setembro, uma audiência pública para a apresentação do Relatório da Secretaria Municipal de Educação referente ao segundo quadrimestre de 2026. O documento será apresentado pelo Poder Executivo. A audiência é promovida pelo presidente da Câmara e pela Comissão de Educação da Casa Legislativa.



MPRJ pede quer o Município assuma o serviço em 30 dias ou faça nova licitação

MPRJ pede caducidade do contrato da Turp em Petrópolis

Ação aponta falhas, problemas financeiros e incapacidade operacional da empresa

Por **Richard Stoltzenburg**

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) ajuizou uma ação civil pública solicitando a caducidade do contrato da Turp Transporte Urbano de Petrópolis Ltda em Petrópolis. A ação foi protocolada pela 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Petrópolis, na 4ª Vara Cível.

O processo também tem como réu o Município de Petrópolis, que poderá ser obrigado a assumir integralmente as linhas operadas pela Turp no prazo de 30 dias, caso a tutela de urgência seja concedida. Na petição enviada a Justiça, ao MPRJ cita que “Não fossem as notícias de fato recebidas pelo Ministério Público, a deterioração do serviço prestado pela TURP é pública e notória. Lamentavelmente, a cidade de Petrópolis tem convivido com as incontáveis e recorrentes quebras de veículos operados pela TURP, com graves repercussões para os usuários do serviço e para a população em geral”.

Segundo o MPRJ, a investigação começou após denúncias sobre o descumprimento de horários em linhas operadas pela Turp. O órgão afirma que os problemas identificados não são pontuais e configuram um quadro persistente de inadequação do serviço, além de possíveis dificuldades técnicas, operacionais e econômico-financeiras da concessionária.

Entre os problemas estão a supressão de viagens, atrasos, superlotação, quebras de ônibus, falta de veículos de reposição e circulação de coletivos com problemas de conservação. A petição cita inclusive, os relatórios mensais de operação da própria

CPTRans, que apresentaram cumprimento de viagens abaixo dos 95%.

A ação destaca que a Prefeitura editou o Decreto nº 426, de 20 de maio de 2026, determinando uma intervenção parcial na concessão da Turp. De acordo com o documento, mesmo após a intervenção, permaneceram dificuldades na operação. Em audiência judicial realizada em 6 de agosto, o presidente da CPTrans teria informado que o número de viagens não realizadas não apresentou melhora.

Segundo informações apresentadas na audiência, a empresa conseguia fazer de uma a duas manutenções pesadas por dia em uma frota com mais de 130 veículos. A estimativa era de que seriam necessários de três a quatro meses para enfrentar o passivo de manutenção.

Em caráter de urgência, o MPRJ pede que a Justiça determine o afastamento da Turp da operação do transporte coletivo; obrigue o Município a assumir as linhas da empresa em até 30 dias; determine a apresentação, em cinco dias, de um plano para a operação direta das linhas; obrigue a realização de manutenção corretiva da frota durante o período de transição; determine a abertura de uma nova licitação, caso a Prefeitura não opte pela prestação direta do serviço.

A Prefeitura informou que os pedidos do MP serão tratados judicialmente. A CPTrans mantém fiscalização rigorosa e já determinou a retirada de circulação dos ônibus da TURP que apresentaram irregularidades. Sobre a continuidade do serviço, esclareceu que avalia todos os cenários legais possíveis.